



ERNESTO LACLAU: DA DEMOCRACIA RADICAL AO POPULISMO

ERNESTO LACLAU: FROM RADICAL DEMOCRACY TO POPULISM

Céli Regina Jardim Pinto¹

Resumo: Este artigo examina a relação entre os conceitos de hegemonia, democracia radical e populismo na obra de Ernesto Laclau. Uma das conclusões é que o populismo não consegue se realizar totalmente como projeto político em cenários de concorrência democrática. O argumento central é que os governos populistas se fragilizam e se colocam na difícil situação de ou perder o poder, ou criar projetos chamados de democracia popular, que pelas próprias condições dadas do populismo, tendem a se aproximar de experiências autoritárias. Isso porque o populismo não tem as condições intrínsecas necessárias para levar a efeito um pacto que engendre a democracia radical. Ao contrário, o populismo é um elemento limitador dessa possibilidade.

Palavras-chaves: Democracia radical. Populismo. Ernesto Laclau.

Abstract: This article examines the relationship between the concepts of hegemony, radical democracy and populism in the work of Ernesto Laclau. One of the conclusions is that populism cannot fully realize itself as a political project in scenarios of democratic competition. The central argument is that populist governments get weak and put themselves in the difficult situation of either losing power, or creating projects called popular democracy, which by the given conditions of populism tend to get close to authoritarian experiences. This is because populism does not have the necessary intrinsic conditions to carry out a pact that engenders radical democracy. On the contrary, populism is a limiting element of this possibility.

Keywords: Radical democracy. Populism. Ernesto Laclau.

1 Introdução

Os 30 anos da publicação de “Hegemonia e Estratégia Socialista” (1985) (HES) de autoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe² (L&M) comemorados no ano de 2015 coincidiu com um cenário complexo na América Latina, de crises sucessivas em países com governos de centro-esquerda e esquerda: o chavismo na Venezuela; o kischerismo na Argentina, os governos petistas

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade de Essex e Professora Titular do Departamento de História da UFRGS (celirjp@gmail.com).

² Traduzido em mais de 10 idiomas, a “Hegemonia e Estratégia Socialista” (HES) só foi publicada no Brasil em 2015. Portanto, é um trabalho pouco conhecido da academia brasileira.

no Brasil, o governo Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, são exemplos contundentes. Algumas dessas experiências, como as da Argentina e da Venezuela, estiverem fortemente informadas pelas teses de Ernesto Laclau. Fora da América Latina, o Syriza, na Grécia, e o Podemos, na Espanha, também beberam desta fonte.³

O presente artigo se ocupará, em um primeiro momento, da obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (L&M) examinando os conceitos de hegemonia e de democracia radical. Posteriormente, acompanhará a trajetória de Laclau em direção ao conceito de populismo, tratando de evidenciar que da forma como a noção foi construída em seu trabalho, não se constitui em um momento de radicalização da democracia, mas de um novo projeto político, diferenciado do original conceito de democracia radical. O argumento deste artigo é que o populismo não consegue se realizar totalmente como projeto político em cenários de concorrência democrática. Os governos populistas se fragilizam e se colocam na difícil situação de ou perder o poder, ou criar projetos chamados de democracia popular, que pelas próprias condições dadas do populismo, tendem a se aproximar de experiências autoritárias. Em outras palavras, o populismo não tem as condições intrínsecas necessárias para levar a efeito um pacto que engendre a democracia radical. Ao contrário, ele é um elemento limitador dessa possibilidade. Para fim de esclarecimento do argumento que se segue, entende-se como uma experiência de democracia radical um regime político que busque atender no mínimo as seguintes condições: renda mínima a toda população, reduzindo drasticamente a desigualdade econômica; democratização do poder de decisão, através de mecanismos de controle social; paridade de gênero e etnia em todos os cargos políticos e públicos, desoligarquização das estruturas partidárias; efetiva participação, através dos partidos e de outras organizações da sociedade na discussão e proposição de políticas públicas; garantia de saúde e educação em condições de igualdade para toda a população. Em suma, um projeto de democracia radical, em última instância, implica a superação do próprio sistema capitalista.

O argumento principal que será desenvolvido neste artigo é o de que Laclau, através da ruptura radical com qualquer essencialismo de classe ou determinismo econômico, fez uma importante contribuição para o entendimento e análise do político, identificando e explicando as lógicas da construção da hegemonia e a centralidade do povo como sujeito político. Suas maiores descobertas, entretanto, lhe colocam frente a frente com o complicado dilema de como pensar uma possível estabilidade hegemônica capaz de dar guarida a projetos democráticos e socialistas. A solução do populismo encontrada por Laclau traz novos problemas, que parecem não encontrar

³ Ver: Dan Hancox. (2105) Why Ernesto Laclau is the intellectual figurehead for Syriza and Podemos <http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/feb/09/ernesto-laclau-intellectual-figurehead-syriza-podemos/> o jornal La Nación do dia 13 de abril de 2014 ao noticiar a morte de Ernesto Laclau assim o qualifica: “El politólogo Ernesto Laclau, considerado el referente intelectual del kirchnerismo, falleció hoy a los 78 años en España tras sufrir un infarto”. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1680548-murio-ernesto-laclau-referente-intelectual-del-kirchnerismo> Acesso em: 20 jan. 2015.

solução satisfatória em seu aporte teórico.

Duas características são centrais na obra inaugural de 1985: rompimento com as bases constitutivas do marxismo e o desenho de uma nova estratégia visando ao socialismo, tendo como ponto de partida uma releitura do conceito de hegemonia em Gramsci. De 1985 até a sua morte em 2014, Ernesto Laclau produziu uma extensa obra que aprofundou, qualificou e modificou as bases posta em HES. Em 2005 quando publica a “A razão populista” (ARP), apresenta sua teoria do político de forma mais acabada, com algumas alterações significativas em relação à HES. As noções de hegemonia e democracia radical e plural, cedem centralidade as de povo e populismo.⁴

O artigo se organizará a partir de três entradas: o conceito de hegemonia na obra inaugural; o conceito de democracia radical e plural, onde aparecerá também o trabalho Mouffe, “The democratic Paradox” (2000); o conceito de populismo desenvolvido na “A razão Populista”.

2 A construção da hegemonia

O conceito de hegemonia de L&M é tributário de Antonio Gramsci. O filósofo italiano rompeu com a proposta de aliança estratégica da classe operária com outras classes, contida na visão de Lenin, introduzindo a noção de incorporação real pela classe proletária das demandas e interesses das demais classes e grupos dominados e/ou excluídos. Gramsci pensava em uma adesão mútua e espontânea dos proletários às demandas camponesas e dos camponeses à liderança proletária. Mesmo mantendo o último como líder, abre espaço para o discurso popular no lugar de um exclusivamente classista. Mouffe em um compreensivo artigo sobre hegemonia em Gramsci, trata de mostrar a posição contrária do filósofo à máxima marxista de que todo o sujeito é um sujeito de classe, o que será fundamental na formulação do conceito de hegemonia na sua obra conjunta com Laclau. Mouffe afirma:

De acordo com ele [Gramsci] os sujeitos da ação política não podem ser identificados com classes sociais. [...] eles são desejos coletivos que obedecem especificamente às leis formadas com vista no fato que eles constituem a expressão política do sistema hegemônico criado através da ideologia. Portanto, os sujeitos (as classes sociais) que existem no nível econômico não são duplicados no nível político. Ao invés disto, diferentes sujeitos inter classes são criados” (MOUFFE, 1979, p.189) (tradução minha).

L&M avançam em relação perspectiva gramsciana, ao discordarem da manutenção da classe proletária como essencialmente a liderança do processo hegemônico. Para eles não havendo uma identificação necessária entre a posição dos agentes nas relações de produção e o surgimento do sujeito revolucionário, a liderança não está assegurada a nenhum dos sujeitos envolvidos na luta contra o capitalismo, daí ser impossível derivar um papel apriorístico da classe proletária no processo revolucionário. Ao defender o não essencialismo de classe afirmam:

⁴ Paralelamente a obra de Laclau, Chantal Mouffe desenvolve a categoria de democracia plural e radical, conceito que já aparecia em HES, mas que está plenamente desenvolvido em seu livro “Democratic Paradox” (2005).

Evidentemente, isto não implica que a classe trabalhadora e socialismo sejam incompatíveis, e sim o enunciado, bem diferente, de que interesses fundamentais pelo socialismo não podem ser logicamente deduzidos de determinadas posições no processo econômico. A visão oposta – de que uma tal conexão é dada pelo interesse dos trabalhadores em impedir a absorção capitalista do excedente econômico – somente seria válida se supusesse, além disto; (a) que o trabalhador é um homo oeconomicus que tenta maximizar o excedente econômico tanto quanto o capitalista; ou (b) que ele é um ser espontaneamente cooperativo, que aspira à distribuição social do produto de seu trabalho. A resistência dos trabalhadores a certas formas de dominação dependerá da posição que eles ocupem no conjunto das relações sociais, e não somente nas de produção (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.153).⁵

L&M afirmam que não há relação necessária entre o trabalhador como agente econômico e o sujeito revolucionário, o que coloca o primeiro em condições de igualdade com outros grupos e classes dominados, como potencialmente líderes de um processo revolucionário. O rompimento com o essencialismo de classe implica consequências teoricamente significativas. A primeira é o rompimento com o economicismo marxista, uma vez que não é a partir dos agentes econômicos, as classes fundamentais do capitalismo, que se derivam posições políticas. Isto não implica afirmar que o campo econômico não seja central no modo de produção capitalista, nem tão pouco que as classes que o organizam não sejam sujeitos centrais nas lutas políticas, através de uma articulação discursiva que lhes de sentido. A segunda consequência é decorrência lógica da primeira e diz respeito à ideia de consciência de classe ou falsa consciência. Se o proletariado, como agente revolucionário não existe antes de sua constituição como sujeito na luta política (no discurso), sua consciência será sempre verdadeira, na medida em que não existe possibilidade de se apreender uma consciência fora da luta, para que se estabeleça um a priori que parta do binômio falso-verdadeiro.

Somente atribuindo à classe proletária uma missão revolucionária por natureza, poder-se-ia avaliar a qualidade de sua consciência, o que não é de forma alguma contemplado nos textos de L&M. Uma terceira e não menos importante consequência é a centralidade que a perspectiva dos autores auferem aos movimentos sociais (LACLAU; MOUFFE, 2015). Smith, introduzindo seu livro sobre os dois teóricos chama atenção para isto, afirmando que:

Desta perspectiva, a novidade dos ‘novos movimentos sociais’ não consiste somente na articulação de novas demandas. Além de sua politização de novas áreas do social, esses movimentos também estabelecem de alguma maneira novas formas de contestação políticas. Suas lutas são irredutivelmente complexas e plurais por natureza. Porque o marxismo clássico pressupõe a existência de sujeitos ‘universais’ e conceptualiza o social com a ordem racional transparente, ele não pode capturar estes movimentos complexos de negociações de diferença (SMITH, 1998, p. 2). (tradução minha)

Laclau e Mouffe quando escrevem HES, na primeira metade da década de 1980, estavam informados pela efervescência dos movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos. Os

⁵ Neste artigo, as citações do livro “Hegemonia e estratégia socialista”, publicado originalmente em inglês em 1985, serão feitas a partir da edição brasileira de 2015.

chamados novos movimentos sociais começavam a dar cores diversas às lutas políticas. O movimento feminista, por exemplo, trazia novas questões sobre a dominação, que desafiava os princípios que haviam estruturado a esquerda até então. Somavam-se a ele os movimentos pelo desarmamento, os movimentos ambientalistas, os movimentos antirracistas, os movimentos de gays e lésbicas. Completavam o quadro os movimentos sociais dos países da Europa do Leste que estavam tendo papel importante na crise dos regimes comunistas. Daí que os autores construíram seus principais pressupostos teóricos em um cenário onde a classe perdia o protagonismo como o elemento revolucionário por natureza, ou seja, a liderança das lutas políticas anticapitalistas. Essa é uma guinada teórica importante, que ao mesmo tempo pontuava novas possibilidades de luta e apresentava uma complexidade não presente na concepção do enfrentamento de duas classes fundamentais.

L&M entendiam os movimentos sociais como uma grande novidade, mas não os percebiam capazes de exercerem liderança. Se no nível abstrato o rompimento com o essencialismo de classe cria as condições para que qualquer sujeito seja candidato potencial à liderança, quando, principalmente Laclau, desenha como mais detalhes o projeto populista, esses novos sujeitos foram praticamente esquecidos, com será visto na parte final deste artigo.

A ruptura com o essencialismo de classe e, por consequência, com o economicismo, aliada à presença das múltiplas lutas advindas dos novos movimentos sociais tornam-se centrais para que os autores pensem o conceito de hegemonia, que resulta de práticas articulatórias expressas basicamente em duas lógicas discursivas: lógica da diferença e a lógica da equivalência, esta última o outro nome da hegemonia.

L&M identificam nas sociedades com democracias estáveis discursos políticos que são regidos pela lógica da diferença, onde diversos sujeitos com demandas próprias disputam suas reivindicações. Não há, nesses cenários, identificação entre as lutas. Cada uma das demandas se esgota em si e são diferentes das demais. Demandas por melhores salários, por escolas com tempo integral, por cotas raciais nas universidades, por políticas de desarmamento, podem coexistir em democracias estáveis sem nenhuma articulação entre elas. Cada uma delas tem um espaço de luta e de reivindicação. Já em outros cenários, baixos salários, corrupção, desemprego, desigualdade de gênero, desigualdade racial podem se articular entre si contra um governo que se torna a negação de todos os direitos.

Há, pois, duas lógicas presentes nesses exemplos, no primeiro estamos frente à lógica da diferença, onde cada demanda se esgota em si mesma. O segundo funciona no sentido inverso, em um cenário de crise do grupo hegemônico, as diferenças entre as diversas lutas tendem a se esmaecer, construindo uma cadeia de equivalência. Esse processo de estabelecimento de equivalências é fundamental para a construção de hegemonia. Trata-se do que Gramsci chamou de “desejo coletivo”.

Essas duas lógicas têm uma trajetória ao longo da obra de Laclau, onde a lógica de

equivalência vai ocupando espaço em detrimento da lógica da diferença. É significativo que no livro inaugural da teoria laclaniana essas lógicas estejam localizadas geograficamente:

Pode parecer possível estabelecer uma característica diferencial importante entre as sociedades avançadas e a periferia do mundo capitalista: nas primeiras, a proliferação de pontos de antagonismo permite a multiplicação de lutas democráticas, mas estas lutas, dada sua diversidade, não tendem a constituir um “povo”, isto é, entrar em equivalência umas como as outras e dividir o espaço político em dois campos antagonísticos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.210)

As características diferenciadas da exploração imperialista da periferia, portanto, facilitariam a construção de equivalências entre as diversas lutas em uma relação antagônica com o inimigo (o dominador). Nos países de capitalismo avançado, a proliferação e o êxito de lutas democráticas, como a feminista, ecologista, gay etc., tornariam mais difícil a construção de campos antagônicos. O importante aqui é ter claro que esses momentos de assimilação de lutas chamadas democráticas é também um momento de grande hegemonia por parte de um grupo no poder. Isso não é problematizado tanto na HES como nos demais trabalhos de Laclau e, em se tratando das sociedades da modernidade, o que está se deixando de fora é a hegemonia do capitalismo e de sua classe dominante, ao longo de século XX, capaz de transformar seus próprios interesses em interesses universais.

Mesmo que a distinção entre as duas lógicas tenda a ter um papel mais secundário na obra posterior de Laclau, ela não é de menor importância, pois dá conta de uma questão de fundo do trabalho do filósofo, que é a relação entre hegemonia como expressada na lógica da equivalência cujo nome é povo, e a construção de pactos políticos democráticos. Na passagem citada acima parece que as duas condições não se encontram em um mesmo processo, estando inclusive delimitadas geograficamente; mas, no decorrer da obra e, principalmente, quando desenvolve de forma mais acabada sua teoria do populismo, estas duas lógicas encontram um momento de tensão.

A hegemonia, na medida em que não é monopólio de uma classe ou de qualquer grupo aprioristicamente dado, tem um caráter puramente contingente. Um momento hegemônico só pode ser descrito a partir de sua própria existência histórica, pois depende das condições que propiciam o aparecimento de demandas e interesses de grupos e da possibilidade que haja um processo de deslocamento capaz de transformá-los em equivalentes. As cadeias de equivalência têm duas características: cada um dos seus elos contém uma particularidade, que não se esgota na cadeia, e todos, um antagônico comum que os tornam equivalentes. Em países de capitalismo subdesenvolvido, onde as desigualdades sociais e concentração de renda fazem parte do cotidiano de grandes parcelas da população, demandas por melhor urbanização dos bairros populares, por creches públicas, por atendimento médico adequado, por escolas, por empregos, por salários dignos circulam com intensidade. Essas demandas podem ser expressão de luta de grupos esparsos; no entanto, por condições de emergência específica, podem articularem-se

contra um polo de poder, um governo conservador e corrupto por exemplo, tornando-se uma expressão política, onde a falta de creche, torna-se equivalente à falta de atendimento à saúde ou à educação etc. Para que a cadeia de equivalência torne-se um discurso capaz de disputar a hegemonia, é ainda necessário que um dos elos da cadeia de equivalência sofra um deslocamento que permita representar todos os outros, como será visto mais adiante neste texto.

O aporte teórico de Ernesto Laclau traz uma contribuição vigorosa para o entendimento das formas, das possibilidades e potencialidades políticas dos processos hegemônicos, historicamente dados. Todavia, ao identificar a hegemonia como uma construção a partir de diferenças, que se tornam equivalências sem um ponto fundacional, como seria uma ideologia formulada por uma classe social, ou mesmo um projeto de socialismo a ser alcançado, fica em aberto uma questão maiúscula que é a da natureza frágil da hegemonia.

Abstratamente o processo de construção de uma posicionalidade hegemônica tem condições de emergência em cenários onde pactos esgotaram sua capacidade de governo e há uma miríade de demandas fragmentadas a espera de articulação, frente a um inimigo a destruir. A questão a enfrentar, entretanto, é que a momentos equivalenciais, que sustentam a hegemonia, seguem-se momentos de institucionalização, onde a lógica da equivalência tende a se esgarçar e ser substituída pela lógica das diferenças. Suponhamos um momento de crise onde partidos de esquerda e centro esquerda somam-se ao movimento feminista, LGTB, negros, etc. para se opor a perspectiva de um golpe de estado, ou a um governo conservador. Superado o perigo do golpe ou havendo uma vitória eleitoral ou revolucionária, a tendência é que as diferenças que haviam perdido substância no momento de crise, venham a reaparecer. Uma vez que no processo hegemônico cada uma das lutas perdeu centralidade, mas entraram em um processo de equivalência, a questão a revolver, tanto teórica como política, é a do momento posterior a tomada de poder pelo grupo hegemônico. Não há razão para que as lutas enfraquecidas por um momento de radicalidade, não apareçam novamente, cobrando “um preço” para se manterem na cadeia de equivalência. Essa parece ser uma das razões das dificuldades de se desenvolver uma teoria da democracia radical. A presença de movimentos sociais como formadores destas cadeias não dá resposta a este gargalo.

L&M e posteriormente Laclau em sua obra solo dão muita centralidade aos movimentos sociais e a noção de demanda, quando explicam as cadeias de equivalência e os processos hegemônicos. Não é razoável desprezar a importância que os movimentos sociais tiveram nas últimas décadas do século XX e que até hoje ainda têm. Também não parece correto não levar em consideração os achados de L&M quanto à centralidade desses movimentos nas lutas políticas. Todavia, há duas questões que não podem ser deixadas de lado, quando se trata de pensar em hegemonia a partir de práticas articulatórias: a primeira diz respeito ao fato de que os movimentos sociais, por natureza, não aspiram ao poder, não se organizam com esse objetivo. Daí que tendem a ser protagonistas da ação política em situações onde a vida política por alguma razão está

desacreditada ou proibida como foram o caos na Polônia, na Alemanha Oriental e na Hungria durante as décadas de 1970 e 1980.

Uma segunda questão sobre a centralidade dos movimentos sociais como agentes políticos refere-se à sua posição em relação ao conjunto dos excluídos. Os movimentos sociais abarcam porções importantes dos excluídos, mas não todos os excluídos, quer pensemos no conjunto das populações que sofre injustiças sociais, quer pensemos nos próprios sujeitos, que por suas condições relativas na luta social, são potencialmente sujeitos interpeláveis pelos movimentos sociais. Nesse sentido Honneth (2003), com uma perspectiva teórica completamente diversa, tem uma interessante contribuição: criticando a centralidade dos movimentos sociais nas teses de Nancy Fraser chama a atenção para a limitação de considerar os movimentos sociais os sujeitos políticos da contemporaneidade. Honneth pontua que a grande massa dos excluídos não está nos movimentos sociais que já estariam incluídos à luta política. Os verdadeiros excluídos são aqueles que não chegaram a identificar e organizar suas próprias demandas (HONNETH, 2003).

Laclau no segundo momento de sua obra, quando desenvolve a teoria do populismo, também vai minimizar os movimentos sociais, não apontando suas limitações como o faz Honneth, mas trazendo para o centro da luta política um novo sujeito, que denomina povo.

3 A democracia radical e plural

Laclau e Mouffe em HES e posteriormente Mouffe em “The democratic paradox” (2000) enfrentam o tema da democracia a partir da dualidade liberdade-igualdade, reconhecendo a condição necessária das duas dimensões, a tensão existente entre elas e a possibilidade do que chamam de democracia radical plural. Para construir esse conceito, os autores somam a seu aporte teórico a noção de democracia liberal para darem conta da dimensão da liberdade. Essa apropriação é feita incorporando a experiência histórica das liberdades democráticas no sentido de pensar a radicalização da igualdade a partir da ideia da liberdade de todos. A questão da liberdade é colocada de forma muito original nesse pensamento de inspiração socialista, já que o socialismo esteve sempre mais inclinado a enfatizar a igualdade em detrimento da liberdade:

Na medida que, dos dois grandes temas do imaginário democrático – igualdade e liberdade -, foi o da igualdade que tradicionalmente prevaleceu, as demandas por autonomia conferem um papel cada vez mais central à liberdade. Por esta razão, muitas destas formas de resistência se manifestam não na forma de lutas coletivas, mas através de uma afirmação do individualismo (a esquerda, naturalmente, está despreparada para assumir estas lutas, as quais ela ainda hoje descarta como liberais”. Daí o perigo de que elas possam ser articuladas por um discurso de direita, de defesa de privilégios) (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 249).

No trabalho inaugural (HES) a noção de pluralismo está associada a um forte grau de autonomia dos diversos elos da cadeia de equivalência.

O pluralismo só é radical na medida em que cada termo desta pluralidade de

identidades encontra em si próprio o princípio de sua validade, sem que este tenha que ser buscado num fundamento positivo, transcendente ou subjacente para a hierarquia de sentido de todos eles, e fonte e garantia de legitimidade (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 252).

A centralidade da liberdade no pensamento de L&M é muito candente neste primeiro momento e está diretamente relacionada com o não desaparecimento de demandas e posicionamentos em nome de uma causa maior. Os autores enfrentam aqui o legado de experiências de socialismo que resultaram em totalitarismos. Há um esforço teórico no sentido de buscar resolver a tensão entre liberdade (o que Mouffe chama de “autoconstitutividade” dos elos de uma cadeia de equivalência) e a generalização da lógica equivalencial (LACLAU; MOUFFE, 2015). Todavia, essa generalização tem um limite, que é o outro, o antagônico, aquele que é exterior à cadeia e sua negação. Se o antagônico se desfaz, os eles se tornam independentes. E essa é uma questão primordial, que oferece grande dificuldade, mormente no terreno da prática política. O afrouxamento da cadeia de equivalência pode significar o fracasso de um projeto radical, mas, paradoxalmente, a garantia de liberdades democráticas.

A L&M não resolvem as questões centrais de um projeto estratégico para o socialismo, sob a forma de uma democracia radical. Destaco aqui duas questões primordiais. A primeira refere-se à própria estratégia para o socialismo, tema completamente ausente no trabalho de Laclau e Mouffe. A segunda refere-se à capacidade do pacto hegemônico de se manter válido ao longo de um tempo maior do que o momento crítico.

A noção de socialismo está claramente proposta desde o título do trabalho inaugural, mas, ao mesmo tempo, há uma completa ausência de qualquer proposta concreta de socialismo. Se, por um lado, tal ausência se adequa a perspectiva discursivista da teoria, por outro, a problemática que permanece é a de como identificar o antagônico, sem a presença de uma positividade, um projeto socialista, por exemplo. Uma decorrência disto é a quase total ausência nas teses de Laclau da identificação do capitalismo como antagônico. Na sua obra é fácil perceber a existência de uma positividade contra o colonizador (o projeto nacional), ou contra o poder patriarcal (a igualdade de gênero), ou contra o poder branco em uma sociedade racista (igualdade racial), mas não contra a burguesia. Como Laclau retira da classe a centralidade na luta pelo socialismo, não consegue avançar em um projeto, que necessita se colocar como antagônico ao capitalismo, para se realizar.

Dois comentadores da obra de L&M examinarem essas questões. Oliver Marchart aponta para o fato de que o discurso é um processo “sem nenhum sujeito voluntarístico puxando as cordas atrás do processo articulatório” (MARCHART, 2012, p.230) Sua preocupação está muito dirigida a problemas metodológicos quando se pergunta qual seria a unidade de análise, já que nada antecede ao próprio discurso. Todavia, essa preocupação suscita outra questão que ultrapassa o problema de pesquisa: se não se reconhece nada anterior aos discursos em uma luta hegemônica, os discursos em um dado recorte histórico devem ser tratados sempre como inaugurais, o que

parece um equívoco analítico, pois cada luta hegemônica incorpora sujeitos já articulados em discursos anteriores. O não aparecimento do pertencimento de classe em uma luta popular após séculos de capitalismo não é, pois, uma questão menor.

O segundo comentador, Thomas Brockelman, também aponta para a natureza imprecisa do discurso quando afirma a impossibilidade de se chegar a um conceito de democracia radical.

Afirma:

[...] que é “o imaginário da democracia radical que ambos Laclau e Mouffee invocam? E a primeira resposta a esta questão - quase em linha com suas posições convencionalista e historicista - não necessariamente significa alguma coisa determinada. Ou seja, quando defrontados com o desafio da questão, ambos Mouffee e Laclau (tanto escrevendo juntos como separados) inevitavelmente, primeiro invocarão o anti essencialismo que eles veem como (...) a genuína possibilidade para a vida política: eles argumentam que movimentos políticos podem ganhar sua identidade somente através de uma particular ou ‘parcial’ identidade que combina para constituir um movimento (BROCKELMAN, 2003, p. 187). (tradução minha)

O que Brockelman identifica em relação a democracia pode ser dito igualmente em relação ao socialismo, que mesmo tendo centralidade na obra de L&M ao ponto de dar título ao livro inaugural, nunca é qualificado, como uma alternativa ao capitalismo, este último uma rara presença na obra dos autores.

Quanto à segunda questão acima elencada - a capacidade do discurso hegemônico de liderar um novo pacto político - cabe chamar a atenção para a necessidade de manter a minimização das particularidades remanescentes, que o processo de construção da hegemonia imprime nas cadeias de equivalência. A questão a ser respondida é a de até onde a cadeia de equivalência tem condições de se manter como tal? Pensemos em uma situação, não tão hipotética, de um partido de esquerda com fortes relações com o catolicismo progressista e com os movimentos sociais, entre os quais o movimento feminista, este último com uma pauta favorável ao aborto. Até onde o partido poderá manter o movimento social articulado em uma cadeia de equivalência, onde um dos elos é a Igreja Católica? Até onde o movimento social tolerará ser um elo da cadeia de equivalência para garantir a hegemonia partidária, tendo de abrir mão de sua luta pela legalização do aborto?

Como L&M não se referem em suas obras às instituições políticas, aos sistemas jurídicos, à história incorporada, não há momento no aporte em que a hegemonia esteja ameaçada pela autonomia dos elos da cadeia de equivalência. Se a pluralidade é a presença da autonomia, e certamente é, a radicalidade é a manutenção da cadeia e, por conseguinte, o limite desta pluralidade. Em outras palavras, o que sustenta a lógica hegemônica é a cadeia de equivalência cujo o limite é dado pela relação antagônica com o outro exterior. A lógica da equivalência se constrói a partir de uma tensão necessária, que é a presença do outro. Ao mesmo tempo para que a hegemonia se constitua, a cadeia tem de se estender, mas não ao ponto de extinguir o antagônico, que é essencial para a sua existência. Sem a presença do outro que pressiona como negatividade,

os elos equivalentes tendem a se tonar diferenças. Se, por um lado, essa é a característica radicalmente democrática do processo hegemônico, por outro, é sua própria fragilidade, já que, quando no nível da luta política há uma real ameaça ao poder, a sua defesa passa pela busca da fixação da cadeia equivalencial, o que pode resultar em soluções autoritárias e, até mesmo, totalitárias.

Mouffe concorda com Carls Schmitt sobre o conflito entre liberalismo e democracia ao explicar a distinção entre a lógica liberal (diferencial) e a lógica democrática (equivalencial) afirmando que: “Não há dúvida, existe uma oposição entre a ‘gramática’ liberal da igualdade, que postula a universalidade para a ‘humanidade’ e a prática da igualdade democrática que requer o momento político da discriminação entre o ‘nós’ e o ‘eles’ ” (MOUFFE, 2000, p. 44).

A resolução ou equilíbrio final entre estas duas lógicas conflitivas não é nunca possível, e pode haver somente negociações temporárias, pragmáticas instáveis precárias da tensão que existe entre elas. Política democrática-liberal consiste, de fato, em um constante processo de negociação e renegociação – através de diferentes articulações hegemônicas deste paradoxo constitutivo (MOUFFE, 2000, p. 45). (tradução minha)

Momentos hegemônicos são melhor constituídos quanto mais equivalências existirem entre os elos da cadeia, ou seja, quando menos as particularidades de cada elo estejam presentes, mas esses momentos estão em tensão com a democracia plural e radical, que pressiona no sentido de esgotar a capacidade do significante vazio constitutivo da hegemonia. A identificação do ‘nós’ versus ‘ele’ não esgota a possibilidade da ruptura do ‘nós’, pois um elo pode deixar de ser um momento na cadeia de equivalência para a ser um significante flutuante perfazendo um novo cenário.

Um significante flutuante é aquele que se desprende de cadeia de equivalências e fica como que a disposição de diferentes articulações discursivas, (...) se tornam autosuficiente e independente de qualquer articulação equivalencial (LACLAU, 2013 p. 163).⁶

Um exemplo clássico é o do nacionalismo na América Latina, um tema recorrente nos embates políticos em muitos países desde o século XIX, quando se tornaram independentes. Mas a ele não é possível atribuir uma natureza ideológica de direita ou de esquerda, reacionário ou progressista, pois tem funcionado como um significante flutuante associado tanto a governos militares ditatoriais, como a discursos radicais de esquerda anti-imperialistas.

Em 2005 com a publicação de “A razão Populista” Laclau faz dois movimentos importantes em seu aporte teórico: primeiro, trazendo para o centro da análise a lógica da equivalência e o significante vazio; segundo, aproximando, ou quase fundindo, as noções de povo, de democracia e de populismo: “a Construção de um povo é condição *sine quo non* do funcionamento democrático. Sem a produção do lugar vazio não há povo, não há populismo, mas

⁶ O livro “A Razão Populista”, do qual a citação foi retirada, foi publicado pela primeira vez em 2005, em inglês. Neste artigo está sendo usada a edição brasileira de 2013.

tão pouco há democracia” (LACLAU, 2013, p. 169).

O lugar vazio, isto é, o significante vazio é um componente da cadeia de equivalência que consegue através de um processo de deslocamento não ser ele mesmo, mas ser todos. É vazio porque aceita todos os outros elos da cadeia. É essa cadeia condensada em um significante vazio que Laclau chama de povo. Quando mulheres feministas, ativistas LGTB, ativistas de movimento negro, ativistas de movimento ecológico, ativistas de movimento dos sem-terra, de movimento dos sem teto se reconhecem em um dos elos da cadeia, por exemplo, no movimento ecológico, a ecologia torna-se um significante vazio em uma relação antagônica com o poder dominante. Nesse momento, Laclau identifica a existência de um povo. O que ocorre nesse processo é a transformação de cada movimento social (demanda) em um elo de algo maior, que constituiria um movimento/discurso político. Isso envolve um novo problema a ser enfrentado. Na medida em que um movimento social dificilmente torna-se um significante capaz de liderar a tomada de poder político e como no construto de Laclau o partido político não tem nenhuma centralidade, não é nem mesmo citado, o povo acaba se configurando em um líder.⁷

Há um sentido democrático na constituição de um povo, pois, uma vez que a cadeia de equivalência não tem um a priori, ou seja, nenhuma liderança anterior a ela, nenhum elo por natureza é mais importante que o outro, o aparecimento na cadeia de um elo como o catalisador de todos os outros é resultado de um processo que ocorre na luta política (luta por significação). Pensar um discurso político a partir dessa perspectiva realmente abre a possibilidade para se entender como alguns temas são subsumidos e outros se tornam protagonistas. Retomemos o exemplo do tema do aborto e a luta feminista. A interrupção voluntária da gravidez sempre foi no feminismo do norte global um tema central de luta, mas no feminismo latino americano esse tema perdeu espaço muitas vezes pelo protagonismo da Igreja Católica nas lutas por democracia, no subcontinente. A constituição de cadeias de equivalência contra os regimes militares ditatoriais na América Latina nas três últimas décadas do século XX colocou o movimento feminista ao lado dessa igreja progressista, deslocando a centralidade do tema do aborto.

A questão que não é problematizada por Laclau é a de que, em distintos momentos históricos, os elos (movimentos, demandas, grupos) entram em equivalência com diferentes capacidades de subjetificar, no sentido althusseriano do termo. Quando se tem uma Igreja progressista e articulada aos movimentos populares, o espaço de um movimento com o feminista é muito menor se comparado a cenários de sociedades não religiosas, onde a política está completamente afastada da religião. Em termos da lógica que preside o aporte teórico de Laclau, os poderes e as capacidades de articulação se constituem na luta. Mesmo isso sendo verdade, Laclau nunca considera que os diferentes elos da cadeia de equivalência possuem historicidade distintas e se encontram em um dado momento de luta trazendo estas diferentes historicidades. A

⁷ No caso da América Latina, líderes como Chaves e Evo Morales criaram os partidos posteriormente à sua própria figura de líder. Antes deles, Peron e Getúlio Vargas também haviam agido dessa forma.

Igreja Católica progressista pode entrar em uma cadeia de equivalência com o movimento feminista, mas é pouco provável que a Igreja minimize seus conteúdos e suas verdades de fé ou conveniência em favor do feminismo. Este sim como elo frágil, tomado historicamente, tenderá a minimizar suas demandas para permanecer na cadeia.

Laclau não entra na difícil discussão sobre a posição que o elo da cadeia de equivalência que se torna significativo vazio toma em relação aos outros elos. A hegemonia é um processo de tomada de poder, através do povo, que se constrói no significativo vazio. A tomada de poder é simples de ser entendida, o complicador aparece na medida em que esse momento é necessariamente sucedido da institucionalização desse poder, seja ela de que forma e grau for. A questão não respondida é a da capacidade desse significativo vazio continuar a conter todas as demandas da cadeia de equivalência após a tomada de poder. Laclau fala de um direito legítimo do significativo de ocupar este lugar, porque venceu a luta hegemônica e isso significa que conquistou uma real incorporação dos outros elos da cadeia. Mas o significativo vazio, seja ele um partido ou um líder, necessita se manter no poder, *vis-à-vis* a precariedade inerente da cadeia de equivalência, ou seja, manter as condições para que a adesão espontânea não se rompa ou as diferenças mantidas em cada elo da cadeia de equivalência não aflorem. Essa tensão não é problematizada nas teses de Laclau, ao contrário, ela fica subsumida na presença do povo:

Os significantes vazios só podem desempenhar seu papel se significam uma cadeia de equivalência e só o fazem constituindo um povo. Em outras palavras: a democracia só pode fundar-se na existência de um sujeito democrático, cuja emergência depende da articulação vertical entre demandas equivalentes. Um conjunto de demandas equivalentes articuladas por um significativo vazio é o que constitui um povo (LACLAU, 2013, p.171).

Para avançar no argumento retomemos a lógica da equivalência. Em primeiro lugar recordemos que a lógica da equivalência só ocorre a partir de diferenças, que em um certo momento da luta tornam-se equivalentes. Essas equivalências têm um constitutivo externo, mas ao mesmo tempo mantêm em cada um dos seus elos as diferenças que as constituem (por isto são equivalentes e não se transformam em um elo único). Quanto menos a diferença pesar como uma luta particular, mais forte será a cadeia e mais força terá o significativo vazio, aquele que por um processo de deslocamento é vazio no sentido de ser capaz de significar todos os outros. Em uma luta contra um regime militar, as lutas das mulheres, dos negros, dos camponeses, dos trabalhadores da indústria, articulam-se em uma cadeia de equivalência contra o poder militar, que não permite que nenhum desses sujeitos se realize. Esse é um momento primeiro do povo. Quanto mais essa cadeia de equivalência se estende, menor é a força de cada uma de seus elos e maior é a força do significativo vazio que contempla todas elas. No caso dos regimes militares, a democracia pode passar a ser um significativo vazio.

Retomada a democracia, há uma tendência à fragilização da cadeia de equivalência, porque no novo momento o inimigo desaparece. As diversas lutas que perderam espaço, mas não

desapareceram, tendem a ressurgirem. A tendência, nesse novo cenário, da cadeia de equivalência enfraquecer-se é um ponto crucial, pois se a democracia permite o aparecimento das diferenças, ela também depende de um mínimo equivalencial para se reproduzir, na linguagem de Laclau precisa de um mínimo de povo, constituído por um significante vazio.

A solução encontrada por Laclau para que esse povo continue a dar sustentação à hegemonia é bastante explicativa de alguns momentos da luta política da modernidade, mas deixa em aberto a questão da própria democracia. O que mantém a cadeia de equivalência é o significante vazio e é explicitando esse significante que Laclau introduz um dos seus mais problemáticos argumentos, a identificação com uma liderança individualizada – o líder. Laclau faz uma comparação entre sua ideia de líder e a ideia de soberano encontrada em Hobbes.

Estamos até certo ponto em uma situação comparável à do soberano de Hobbes: em princípio não há nenhuma razão pela qual um corpo coletivo não possa desempenhar as funções do Leviatan; mas sua pluralidade mostra que está em desacordo com a natureza indivisível da soberania. Porque o único soberano natural segundo Hobbes poderia ser um indivíduo (LACLAU, 2013, p.130).

Laclau não considera que Hobbes tinha em mente em sua teoria da soberania que os homens abrissem mão da liberdade em função da garantia da vida dada pelo poder do soberano.⁸ Afirmar que a diferença entre Hobbes e sua teoria é que o filósofo está falando de governo de fato e ele está falando em uma unificação simbólica que “não conduz mecanicamente a tal [governo]” (LACLAU, 2013, p.130). Mas ao longo de sua obra o filósofo argentino acaba sempre tratando de cenários históricos, que envolvem tomada de poder político e estabelecimento de governo. Talvez se possa afirmar que Laclau fez um movimento inverso em relação a Gramsci. Este substituiu o príncipe pelo partido. Laclau volta ao príncipe através do líder, pois ao retirar a essencialidade da classe como sujeito revolucionário, o que é um dos seus grandes avanços teóricos, não encontra um novo sujeito coletivo, na sua construção discursiva. Na tese populista, a presença obrigatória do povo e do líder parece funcionar como um novo essencialismo.

4 O populismo

O problema que se estabelece a partir da centralidade que Laclau atribui ao líder é que sobre ele recai a responsabilidade de manter a precária unidade do povo – a razão populista. O momento revolucionário ou mesmo pós-eleitoral, onde haja um líder nas condições de representar o povo, apresenta duas possibilidades: o fortalecimento dos elos da cadeia e, em decorrência, o fortalecimento do povo incorporado no líder; ou o enfraquecimento dos elos, quando o líder não consegue expressar e atender as demandas de cada elo da cadeia. Essa é uma tensão irresolvida

⁸ “Por conseguinte, a lei da natureza... é o ditado da razão, esta conhecedora daquelas coisas que devem se fazer ou se omitir para a conservação constante da vida e dos membros na medida em que reside em nós. Lei da natureza (*lex naturalis*) é um preceito ou norma geral, estabelecida pela razão, em virtude da qual se proíbe fazer o que pode destruir sua vida ou privar os meios de conserva-la; ou bem, omitir aquilo mediante o qual pensa ficar sua vida melhor preservada” (Leviatan, cap. 14, p. 106 *apud* SABINE, 1974, p. 344)

na teoria democrática, mas que se torna mais contundente na perspectiva laclaniana, na medida em que ela não estabelece nenhuma mediação entre o líder e o povo, tanto em termos de partidos políticos, de burocracia estatal ou de formas alternativas de participação popular. A inexistência, na obra de Laclau, de qualquer referência a um projeto capaz de reproduzir o povo como sujeito ativo do novo momento hegemônico reforça a presença do líder como o garantidor da própria hegemonia. A função simbólica do povo parece lhe sequestrar a possibilidade de uma função política.

Laclau em sua obra inaugural de 1985 falava da simplificação versus a complexidade da política, onde a primeira era concretizada na lógica da equivalência e a segunda na lógica da diferença, estabelecendo uma clara distinção entre elas. Em 2005, mostra o entrelaçamento destas duas lógicas que estão sempre presentes com importâncias distintas e a necessária presença da equivalência para que o político exista:

Em tipos de discursos mais institucionalizados (dominado por lógica da diferença), esta cadeia se reduz ao mínimo, enquanto sua extensão será máxima nos discursos de ruptura que tendem a dividir o social em dois campos. Mas certa classe de equivalência (certa produção de “povo”) é necessária para que um discurso possa ser considerado político (LACLAU, 2013. p.195).

Laclau quando se refere ao populismo reafirma a centralidade do povo e do líder, o que limita a possibilidade que seja pensado momentos alternados de mais povo – menos povo, ou seja da presença da lógica da diferença. Para ele esses cenários mais institucionalizados existem fora da própria problemática da qual se ocupa. Não há em sua obra uma discussão da passagem de um momento populista para um momento em que as instituições sejam mais presentes que o líder.

Em seu texto “A Razão Populista” ao se referir à posição do líder no populismo aponta para o líder como o significante vazio, aquele que representa tudo e ao mesmo tempo nada: o que chama de “nome”, a singularidade que une “Mas a forma extrema de singularidade é uma individualidade” (LACLAU, 2013, p. 128-130).

A relação do líder com o povo, ao mesmo tempo que é um elemento central do populismo, é onde reside o maior gargalo tanto da teoria como da prática populista. Panizza em seu ensaio introdutório ao livro “Populism and ther mirror of democracy” (2005), pontua que em todos os estudos sobre populismo, a presença do líder é uma constante (PANIZZA, 2005). E que uma de suas características centrais é a relação direta líder-povo sem nenhuma mediação:

No discurso populista, políticas e partidos políticos são frequentemente considerados instituições diversionistas que deveriam ser eliminadas, ou pelo menos purificadas de facções ou interesses particularistas permitindo ao povo tornar-se unido. Instituições, partidos e políticos estabelecidos que pretendam representar o povo abafam as vozes que dizem representar e traem seus seguidores, em contraste, o líder reivindica ter uma relação direta com o povo que permite a ele defender seus interesses sem tornar-se prisioneiro dos poderosos (PANIZZA, 2005, p. 22). (tradução minha)

A descrição de Panizza enfatiza duas características centrais do populismo: o desprezo às instituições e a centralidade do líder como capaz de substituí-las. Tais características podem

reforçar a proximidade do populismo com o autoritarismo/totalitarismo.

5 Conclusão

A centralidade do líder no aporte de Laclau tem como consequência a ausência de uma teoria da democracia, substituída pelo populismo como uma teoria do político. Um dos grandes achados do trabalho de Laclau é o reconhecimento que há sempre necessidade de um grau de populismo, para que o político se realize, mas isso necessita ser pensado de forma diferente das chamadas experiências populistas, que têm se aproximado de experiências autoritárias e mesmo totalitárias. Os exemplos que povoam os textos de Laclau são, em quase sua totalidade, de experiências que resultaram em autoritarismos e/ou totalitarismos: Mao, Peron, Vargas, De Gaulle e mesmo Chaves. Mas ele contra argumenta:

A construção de uma cadeia de equivalência a partir de uma dispersão de demandas fragmentadas e sua unificação em torno de posições populares que operam como significantes vazios não é em si mesmo totalitária, senão a condição mesma da construção da vontade coletiva que, em muitos casos, pode ser profundamente democrática. O fato de que alguns movimentos populistas possam ser totalitários e que apresentem muitos ou todos os traços que descreve Lefort tão apropriadamente é sem dúvida certo, mas o espectro de articulações possíveis é muito mais diverso que a simples oposição totalitarismo /democracia parece sugerir (LACLAU, 2013, p.209).

Estamos aqui novamente frente ao paradoxo entre liberdade e igualdade proposto por Mouffe. Os resquícios de particularidades, que sempre permanecem nos elos da cadeia respondem pela liberdade e ameaça a equivalência que responde pela igualdade. A manutenção do poder de líderes, como os exemplificados, só pode ocorrer pelo fortalecimento da igualdade, que atingiria seu grau máximo na própria representação do líder. Todavia, essa igualdade não garante a expressão igualitária das particularidades que compõe os elos da cadeia de equivalência. Apenas pode garantir uma igualdade pela existência de um líder que representa igualmente a todos, o que só pode acontecer no nível simbólico. Laclau reconhece a dificuldade dessa situação quando fala da hegemonia a longo prazo: “o processo de esvaziar uns poucos significantes centrais para a criação de uma singularidade histórica sempre vai estar submetido à pressão estrutural de forças que vão tentar revinculá-los a seus significados originais de modo que qualquer hegemonia expansiva não vá demasiado longe”(LACLAU, 2013, p.231).

Panizza, na conclusão do artigo, aponta as dificuldades das democracias no mundo globalizado para garantir a vontade popular. Para ele, nesse cenário, o populismo se coloca de forma ameaçadora às experiências que “subordinam a política a razões técnicas ditadas pelo mercado” e conclui de forma instigante:

Por levantar desajeitadamente questões sobre as formas modernas de democracia e frequentemente representando a face feia do povo, populismo não é a mais alta forma de democracia nem seu inimigo, mas o espelho na qual a democracia pode contemplar-se com todos os seus defeitos e encontrar sobre o que se trata e o que está faltando (PANIZZA, 2015, p.30). (tradução minha)

A centralidade da noção de populismo na obra de Laclau tem um importante valor heurístico quando explica a luta política pela construção de cadeias de equivalências e significantes vazios. A noção de povo também parece ser muito robusta para o entendimento de discursos radicais. Entretanto, esses achados não conseguiram evitar a aproximação entre populismo e autoritarismo/totalitarismo e uma séria dificuldade em se aproximar de um projeto democrático.

Referências

- BROCKELMAN, Thomas. The failure of the radical democratic imaginary Zizek versus Laclau and Mouffe on vestigial utopia. **Philosophy & Social Criticism**, v. 29, n. 2, p.183–208, 2003.
- HANCOX, Dan. Why Ernesto Laclau is the intellectual figurehead for Syriza and Podemos. **The Guardian**, 9 Feb. 2015. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/feb/09/ernesto-laclau-intellectual-figurehead-syriza-podemos/> Acesso em: 31 ago. 2017.
- HONNETH, Alex; FRASER, Nancy. **Redistribution or recognition**. London: Versos, 2003.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MARCHART, Oliver. Elements of Protest- politics and culture in Laclau's theory of populist reason. **Cultural Studies**, v. 26, n. 2/3, p. 223-241, Mar./May, 2012. Disponível em: <http://www.tandfonline.com> <http://dx.doi.org/10.1080/09502386.2011.636194> Acesso em: 31 ago. 2017.
- MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.
- PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the mirror of Democracy**. London: Verso, 2005.
- SABINE, George. **História de la teoria política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- SMITH, Anna Mary. **Laclau and Mouffe: the radical imaginary**. London: Routledge, 1998.